



“Caríssimo Papa”: eloquência e silêncio, o discurso de operário brasileiro ao papa João Paulo II

“Dearest Pope”: eloquence and silence, the speech of a Brazilian
worker to pope John Paul II

Marcelo Timotheo da Costa *

Resumo

Em 1980, o papa João Paulo II visitou o Brasil pela primeira vez. A extensa programação pontifícia incluiu encontro do papa com o operariado brasileiro, no estádio do Morumbi, São Paulo. Ali, Karol Wojtyła foi saudado por Waldemar Rossi, liderança operária leiga da arquidiocese paulistana. Rossi redigiu discurso bastante crítico em relação à condição dos trabalhadores nacionais e também quanto à situação política então vigente. Discurso esse que teria sido encurtado por razões ainda obscuras. No presente artigo, propõe-se que tal episódio revela a tensão que cercou a visita papal. Tensão presente na praça pública brasileira, com o país vivenciando sua mais longa ditadura, bem como no interior do catolicismo nacional, por conta de polêmicas teológicas e pastorais. Assim, quer-se analisar texto integral e contexto do discurso escrito por Rossi e as possíveis implicações de seu parcial silenciamento, episódio pouco debatido até agora.

Palavras-chave: Viagens papais. Igreja Católica Romana. Ditadura brasileira. Waldemar Rossi. João Paulo II.

Abstract

In 1980, Pope John Paul II visited Brazil for the first time. The extensive pontifical program activities included the meeting of the pope with Brazilian workers, at Morumbi stadium, São Paulo. There Karol Wojtyła was greeted by Waldemar Rossi, an important lay leadership of local archdiocese. Rossi wrote a speech that was very critical of the condition of national working-class and also of the political situation in force at the time. This speech would have been shortened for still unclear reasons. In the present article, it is proposed that such an episode reveals the tension that surrounded the papal visit. Tension that was present in the Brazilian public square, with the country experiencing its longest dictatorship, as well as within the national Catholicism, due to theological and pastoral controversies. Thus, we seek to analyze the full text and context of the speech written by Rossi and possible implications of his partial silencing, an episode that has been little debated so far.

Keywords: Papal travels. Roman Catholic Church. Brazilian dictatorship. Waldemar Rossi. John Paul II.

Artigo submetido em 07 de junho de 2024 e aprovado em 21 de novembro de 2024.

* Doutor e mestre em História Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Graduado em História e Economia pela Universidade Federal Fluminense. País de origem: Brasil. ORCID: 0009-0000-1376-2416. E-mail: marcelotimotheo@uol.com.br.

Introdução

Em 1980, o papa João Paulo II visitou o Brasil pela primeira vez, sétima viagem do pontífice e a mais extensa até então, estada que se prolongou do dia 30 de junho ao 11 do mês seguinte. No roteiro papal, doze cidades: em ordem cronológica, o exato itinerário compreendeu Brasília, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Aparecida do Norte, Porto Alegre, Curitiba, Salvador, Recife, Belém, Fortaleza e Manaus. Entre Recife e Belém, Karol Wojtyła esteve no aeroporto de Teresina, onde fez breve pronunciamento.

Embora rápida, a escala piauiense produziu dos mais pungentes registros fotográficos de todo o deslocamento pontifício: em meio à multidão que fora encontrar o papa, divisou-se a faixa: “Santo Padre, O POVO PASSA FOME”, letras maiúsculas após o vocativo (Vogel, 1997, pp. 216-222). Assim, no Piauí – estado que segue hoje entre os mais carentes da nação e que, à época, apresentava indicadores sociais ainda mais negativos –, a passagem papal motivou protesto. Não era inédito: para além das demonstrações de devoção públicas, graves mazelas brasileiras foram denunciadas no decorrer da visita ilustre.

No presente texto, enfoca-se outro momento de protesto, menos silencioso e que alcançou maior difusão, apesar de seu impacto originalmente projetado ter sido minorado, como se verá a seguir. Mais precisamente, propõe-se aqui lançar luz sobre o ocorrido no chamado “Encontro com os Trabalhadores”, no estádio do Morumbi, capital paulista, no dia 03 de julho. Nessa data e lugar, João Paulo II discursou para aproximadamente 150 mil pessoas. Na ocasião, após haver se dirigido à massa humana, o pontífice foi saudado pelo operário Waldemar Rossi, figura de destaque da Pastoral Operária local. O convite para que Rossi discursasse ao papa partira do cardeal Paulo Evaristo Arns, arcebispo da maior metrópole brasileira, que, dias antes do evento em questão, aprovara o teor da mensagem solicitada, peça redigida pelo metalúrgico em total sigilo. Mensagem, diga-se, bastante crítica, seja quanto às condições de trabalho e vida do operariado nacional, seja em relação à conjuntura política brasileira, estando o país ainda sob o governo ditatorial originado pelo golpe civil-militar de 1964. Contudo, a fala de Rossi diante do papa – igualmente destinada aos presentes no estádio e à audiência de muitos milhões que acompanhavam a cerimônia, pela

mídia, Brasil afora – não transcorreu conforme o anteriormente programado. No mesmo dia 03 de julho, horas antes da chegada de Karol Wojtyła ao Morumbi, a mensagem, até aquele momento mantida em completo segredo, teve não-autorizada divulgação, circulando inclusive junto a jornalistas e eclesiásticos não vinculados a Dom Paulo. Na sequência, após intervenção atribuída oficialmente ao cerimonial do Vaticano, que controlava a agenda papal, só foi possível ao metalúrgico ler os dois primeiros e os dois últimos parágrafos do seu texto. Na manhã posterior, o discurso completo de Waldemar Rossi foi veiculado pela grande imprensa, que cobriu a inédita viagem com bastante destaque. Tal transcrição nos jornais, embora importante, não compensou a perda de alcance na difusão das palavras de Rossi que, fossem lidas integralmente e ouvidas ao vivo, alcançariam maior repercussão. Deseja-se, nas linhas seguintes, analisar contexto e texto relativos ao episódio, pouco debatido, questionando seu possível significado.

1 Brasil, 1980

O Brasil visitado por João Paulo II começava sua trajetória naquela que ficou conhecida como a “década perdida”. Em janeiro de 1980, meses antes da chegada do pontífice, o Serviço Nacional de Informações (SNI), em sua Apreciação Semanal, análise de conjuntura remetida ao presidente da República e altos funcionários do governo, já admitia “expectativa pessimista” para o ano. Ainda em janeiro, o ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter, deixou o cargo, sendo substituído por Ernani Galvêas. No mês de fevereiro, este último e Antônio Delfim Netto, titular da Secretaria de Planejamento (Seplan), maior responsável pela direção da política econômica federal, viajaram ao exterior. A dupla buscava acalmar crescente inquietação de banqueiros internacionais frente ao panorama interno brasileiro. E, em julho do mesmo período, a previsão de horizontes difíceis ganhou, simultaneamente, marco simbólico e dramática concretude quando o índice anualizado de inflação ultrapassou os 100% ao ano, fato então inédito na história do país (Gaspari, 2016, p. 135-140 e 394).

Como ensinam os manuais de Economia, a aceleração do processo inflacionário penaliza mais as classes média-baixa e baixa, cujos componentes despendem (praticamente) toda a renda em consumo e não possuem ativos

reajustáveis pela inflação, usual mecanismo de defesa adotado por aqueles de renda superior. Assim, a majoração continuada da carestia impõe custos sociais elevados aos mais vulneráveis. Processo de concentração de renda que, mesmo não compreendido em termos teóricos, tem seus efeitos percebidos na vida cotidiana dos menos afortunados. Percepção que, somada à tímida distensão política advinda da abertura “lenta, gradual e segura” iniciada pouco antes pelo governo do general Ernesto Geisel, favoreceu o ressurgimento do movimento sindical brasileiro.¹ Importante igualmente para o aumento da conscientização popular contra a elevação do custo de vida foi a difusão da denúncia que uma fraude havia sido cometida na mensuração oficial da inflação anos antes, em 1973. A maquiagem na contabilidade governamental da inflação foi denunciada pelo economista Eduardo Suplicy, na *Folha de S. Paulo*, em 1977, que teve acesso a estudo do Banco Mundial (Barros, 2022, p. 19-20). Surgiu daí

[...] combinação de reivindicação econômica com senso de ofensa moral [...] muito bem explorada pelos sindicatos, até então pesadamente reprimidos, e pelas outras forças de oposição. Era uma reivindicação segura: apenas se pedia que fosse aplicada a regra salarial fixada pelo próprio regime. Líderes como o novo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo e Diadema, Luiz Inácio da Silva, tornaram-se conhecidos nacionalmente durante essa campanha pela reposição dos aumentos roubados (Barros, p. 20).

A percepção do engodo na aferição oficial da inflação e sua importância para a difusão do descontentamento nas fábricas também são assinaladas no trecho:

A farsa, desvendada, originou um movimento pela reposição do percentual garfado, cuja legitimidade era dada pelos cálculos de uma organização internacional [o Banco Mundial] considerada insuspeita. Lideranças sindicais começaram a se manifestar publicamente pela “reposição” [...] (Reis, 2014b, p. 120).

Meses após a divulgação da burla nos índices inflacionários, em maio de 1978, em São Bernardo do Campo, trabalhadores da Saab-Scania decidiram paralisar suas atividades. Era a primeira greve operária de monta desde 1968, ano da imposição do Ato Institucional no-5 à nação. Uma década passada, a eclosão do movimento grevista decorria de original e bem-sucedida estratégia. Na fábrica da Saab-Scania, não ocorreram piquetes, tampouco agitação e ameaças. A linha

¹ O bordão “lenta, gradual e segura” foi usado por Geisel e Golbery do Couto e Silva, ministro do Gabinete Civil, para caracterizar a abertura política planejada por ambos.

de produção parou graças à ação urdida em “articulações quase invisíveis no cotidiano da fábrica, em meio a pausas para o café e às idas ao banheiro” (Napolitano, 2014, p. 276). Apesar de não haver qualquer ilegalidade formal na greve, a paralisação foi condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho. No dia seguinte à decisão judicial, 40 mil trabalhadores pararam nas indústrias da região do ABC, área industrial que engloba as cidades de Santo André, São Bernardo e São Caetano. Ao contrário do que esperavam as autoridades, a repressão funcionara como catalisador do movimento grevista. E, dois meses após a paralisação inicial, o renascimento sindical tornou-se fato indiscutível: meio milhão de trabalhadores, empregados de cerca de 400 empresas, em dezoito cidades do estado de São Paulo, haviam feito greves (Reis, 2014a, p. 18).

Configurava-se, então, o “novo sindicalismo”, denominação adotada pela liderança operária que surgia, em oposição ao sindicalismo forjado pelo varguismo e o Estado Novo. Apresentando-se por “combativo e independente”, esse recém-chegado agente tinha reivindicações mais amplas que os tradicionais pleitos de melhorias salariais e nas condições de trabalho e emprego. Além de tais pautas, sempre presentes na lista de demandas do chão-de-fábrica, o “novo sindicalismo” incluiu em sua plataforma temas como a liberdade de organização, autonomia em relação ao patronado e governo, a adoção de comissões que representassem o trabalhador (Napolitano, 2014).

Surpreendidos em 1978, empresários e governo reformularam mecanismos de controle e castigo. As autoridades também apelaram a antigos instrumentos de cerceamento. Em abril de 1980, a Lei de Segurança Nacional foi invocada para que se decretasse a prisão de Luiz Inácio da Silva e outros 13 líderes sindicais. Acusados de subversão da ordem político-social, Lula e demais dirigentes ficaram detidos por um mês, no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

A evocação desses acontecimentos ilustra, a partir do universo trabalhista, fato inegável: a chamada “transição brasileira”, a passagem do regime de exceção para a democracia, foi marcada pelo ritmo lento e pela tensão, características que a sucessão dos dias pode obscurecer na memória coletiva. Conjuntura difícil e de incertezas. Movimentações de segmentos militares descontentes com a abertura

o confirmam.

Em outubro de 1977, houve a tentativa falhada de golpe palaciano promovida pelo general Silvío Frota, ministro do Exército e crítico contumaz do projeto de redemocratização de Geisel. O *putsch* não foi levado a termo graças a rápida reação da oficialidade leal ao presidente (Gaspari, 2002). Entre outras providências, militares alinhados com Geisel colocaram de prontidão a brigada de infantaria paraquedista, sediada no Rio de Janeiro. Caberia a ela saltar sobre Brasília se necessário fosse.

A abertura conduzida pelo general-presidente, mesmo timorata e gradual, continuou a ser alvo de setores descontentes da caserna. Na noite de 30 de abril de 1981, ocorreu o episódio conhecido como “o caso Riocentro”. A expressão faz referência ao ataque a show musical, no Rio de Janeiro, evento que antecipava as celebrações do dia 01 de maio, data muito associada às forças de esquerda. O espetáculo, organizado por entidade ligada ao ainda ilegal Partido Comunista, reuniu artistas identificados com a oposição ao regime. O plano terrorista previa a detonação de bombas no local, inclusive no palco do espetáculo. No entanto, um dos artefatos explodiu quando manipulado pelos agentes da ação, matando um sargento e mutilando um capitão do Exército. O ataque deveria provocar pânico e, possivelmente, mortos e feridos. Tal contabilidade macabra seria creditada a grupos subversivos esquerdistas, colocando-se em xeque a redemocratização.

O registro da dupla de ações acima feito não esgota a exposição de atos da chamada “linha-dura” militar contrária à abertura política vivida pelo Brasil, a partir de meados dos anos 1970. A evocação de episódios próximos cronologicamente – um anterior e outro posterior à vinda de João Paulo II ao país – pretende frisar que, inédita e festiva, tal visita se desenrolou em conjuntura sujeita a incertezas. Afinal, o regime, em processo de distensão, seguia repressor: a Lei de Segurança Nacional vigia, a polícia política mantinha-se em atividade, o prosseguimento da abertura tinha inimigos com poder de fogo.

As insatisfações políticas, aumentadas pela crise econômica, não se restringiram aos operários. Mesmo antes do advento das greves do ABC, outros

atores voltavam à praça pública. Camadas significativas da população moviam-se em tempos e potência diversos. Mobilizava-se porção importante das classes médias, grupo formador de opinião e que havia majoritariamente apoiado a deposição de João Goulart, presidente constitucional, em 1964. Como recorda Napolitano: “Estudantes, intelectuais, profissionais liberais [...] No começo de 1978, os movimentos sociais de bairro, ainda discretos, já davam sinais de politização crescente [...]” (2014, p. 276-277).

O debate político, em clave progressista e contestatória, avançava igualmente em relevantes segmentos da Igreja Católica. Como se sabe, o golpe contra Goulart encontrara vasto suporte entre clero e fiéis leigos, apoio em sua maior parte devido ao temor do advento do comunismo.² Nos anos imediatamente seguintes, prevaleceu no episcopado nacional “cautelosa porém esperançosa atitude em relação ao regime” (Serbin, 2001, p. 104). Posicionamento acentuado pela chegada de grupo mais conservador à direção da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Com o passar dos dias, o aprofundamento do caráter autoritário do governo passou a motivar posicionamentos mais firmes da hierarquia eclesial. Desta maneira:

A repressão agravou as tensões entre católicos ultraconservadores e os progressistas, mas, no conjunto, levou a Igreja a cerrar fileiras em sua própria defesa e no de outras vítimas do regime. No final dos anos 60, alguns bispos começaram a denunciar a tortura e a violência, bem como as políticas econômicas profundamente desiguais do governo (Serbin, 2001, p. 106).

Emblemático ato de protesto foi a celebração ecumênica, na Catedral de São Paulo, que denunciou a morte, sob tortura, do jornalista Vladimir Herzog, em 1975. Ele fora preso em dependência do Destacamento de Operações e Informações do Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-Codi), órgão subordinado ao Exército. O memorial-denúncia da Sé, presidido pelo cardeal Arns e por Jaime Wright, pastor presbiteriano, e o rabino Henry Sobel (Herzog era judeu) transcorreu em clima de grande apreensão. Algo agravado pelo bloqueio policial dos acessos à Catedral, medida insuficiente para impedir a massiva presença popular. A multidão de cerca de dez mil pessoas espalhou-se da Sé à praça homônima adjacente. Configurava-se imagem simbólica: da igreja, a

² Para o anticomunismo como dinamismo político reativo no século XX nacional, cf., p. ex., MOTTA, 2002.

manifestação transbordava para a rua. Assim, pode-se dizer que o culto não era tão somente ecumênico quanto à filiação religiosa: ele reuniu também diferentes atores políticos e pessoas sem filiação partidária, muitos delas em sua primeira manifestação pública, realizada em pleno regime ditatorial.

Em tão árdua conjuntura, papel importante no despertar da consciência política intramuros católicos foi desempenhado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), redes pastorais com raízes populares, em áreas urbanas e rurais, onde se uniam fé e reivindicação de melhores condições de vida. As CEBs auxiliaram a gestar outras redes empenhadas na luta por direitos fundamentais. Na área metropolitana paulistana, tal atuação entre as camadas populares foi, em muito, viabilizada pelo decisivo apoio do cardeal Arns. Este, após assumir a Arquidiocese de São Paulo, vendeu o Palácio Episcopal e financiou a formação de centros comunitários voltados ao trabalho pastoral e social entre os mais pobres, nos subúrbios da capital. Surgia a “Operação Periferia” – cuja atuação ultrapassou fronteiras confessionais. Nos locais mais afastados da cidade, aqueles onde a Operação Periferia atuou, catolicismo progressista e grupos laicos de esquerda associaram-se para criar o Movimento do Custo de Vida. Emergia assim “[...] um típico movimento social dos anos 1970 que criou a cultura de participação e militância que geraria o Partido dos Trabalhadores e, do ponto de vista mais amplo, a nascente sociedade civil brasileira (Barros, 2022, p. 19).”

2 A árvore e a floresta: o operário cristão e o catolicismo em turbulência

Os acima mencionados “novo sindicalismo” e catolicismo de matriz progressista tiveram em Waldemar Rossi legítimo representante. Afinal, ele esteve ligado às causas do mundo do trabalho de meados da década de 1950 até sua morte, em 2016. Longo engajamento público informado por credo pessoal lido de forma contestadora.

Waldemar Rossi nasceu em Sertãozinho, interior paulista, em 1933. Cresceu em ambiente católico marcado por piedade e eclesiologia tradicionais: na infância, aos doze anos, ele foi admitido na Cruzada Eucarística; dois anos depois, deu-se sua adesão à Congregação Mariana. Foi boia-fria, pedreiro e, por fim,

empregado no setor industrial. Iniciou a inserção em contendas sindicais na Juventude Operária Católica (JOC), a qual se filiou no ano de 1955, ligado à diocese de Ribeirão Preto, à época liderada por Dom Luís do Amaral Mousinho, bispo incentivador da Ação Católica. Organização esta que atuava por intermédio das chamadas “ações especializadas”: Juventude Agrária Católica (JAC, para trabalhadores rurais), Juventude Estudantil Católica (JEC, voltada a secundaristas), Juventude Independente Católica (JIC, destinada a profissionais liberais), a já referida Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Universitária Católica (JUC, para estudantes do ensino superior). À exceção da JOC, fundada em 1948, todos os demais segmentos brasileiros das juventudes católicas foram criados em 1950. Em 1960, já na capital paulista, Rossi assumiu a coordenação do setor da JOC responsável pelos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Interessa notar que foi da JOC europeia que veio o impulso para a especialização da Ação Católica entre nós, em muito devido ao padre belga Joseph Cardijn, que atuou como vigário em área industrial e empobrecida nos subúrbios de Bruxelas. Cardijn associava a conversão interior do homem à reforma, em profundidade, de seus meios de vida e trabalho. Ligando, pois, preocupações religiosas e sociais, conexão com claras implicações políticas, Cardijn criou o método “Ver-Julgar-Agir”, que funcionará como espécie de pedra de toque do ativismo católico a partir da segunda metade do século XX. De acordo com tal método, o fiel deveria conhecer a realidade, identificando problemas (ver); emitir juízos sobre a situação em que se está inserido a partir de valores cristãos (julgar); atuar para solucionar os problemas divisados (agir). A metodologia concebida por Cardijn causou profundo impacto em Rossi. Ele ganhou projeção durante a década de 1970, quando ajudou na constituição de comissões de fábricas. Visibilidade que, chegando aos órgãos de repressão, motivou sua detenção por quatro meses, em 1974. No cárcere, Rossi foi torturado e ficou parcialmente surdo, sequela permanente. Alguns anos passados, empenhou-se na formação e criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), fundação ocorrida em agosto de 1983.³

Antes disso, como antecipado, por escolha do cardeal Arns, Rossi saudou

³ Ver “A trajetória de um típico militante operário. Entrevista especial com Waldemar Rossi” em Rossi, 2007 e o depoimento de Dom Angélico Bernardino em Bernadino, 2016.

João Paulo II, em São Paulo, na noite de 03 de julho, em evento direcionado aos trabalhadores.⁴

Tarefa complexa que o metalúrgico entendeu como de dupla fidelidade: à classe operária e à Igreja (Sydow; Ferri, 1999). Pertença dual que, sintetizada, significava defender as causas da pastoral católica renovada no meio operário. Causas cristãs e proletárias, questionadoras do *status quo*. Assim sendo, Rossi, após ouvir diversos interlocutores e aliados, reuniu e vocalizou reivindicações e denúncias dos de sua classe social, em nome da fé cristã.⁵ A partir de credo interior, e de dada interpretação das exigências políticas e sociais do mesmo, ele mobilizou-se para agir na praça pública. Desnecessário consignar que o operário dimensionou o alcance, nacional e internacional, do que havia sido instado a preparar. Como relatou às biógrafas do arcebispo Arns, anos depois: “Era a única chance da classe operária se expressar para o mundo inteiro.” (Sydow; Ferri, 1999, p. 299).

Mesmo que a avaliação soe a excessivo entusiasmo, os órgãos de repressão governamentais deram sinais inequívocos de concordar com Rossi; danos à imagem do regime foram sopesados e controles postos em marcha. O Exército, responsável pela segurança do evento, chegou a negar a Rossi credencial de acesso ao Morumbi. Ele logrou ali comparecer graças à intervenção pessoal de Arns. Os esforços para deter manifestações tidas por subversivas pelas autoridades não se restringiram à tentativa fracassada de inviabilizar a presença do metalúrgico frente ao sumo pontífice. Nas ruas adjacentes ao estádio, a PM paulista recolheu cartazes de protesto levados por sindicalistas desejosos de as exibirem nas arquibancadas.⁶ Houve prisões de lideranças operárias do ABC, Manoel Anísio dos Santos e João Batista dos Santos. E, espécie de aviso extremo, na noite anterior, o advogado Dalmo de Abreu Dallari, membro da Comissão Justiça e Paz arquidiocesana de São Paulo, foi retirado de casa por homens não-identificados, sequestro seguido de espancamento. Na Cúria paulistana, quando

⁴ A Santa Sé classificou o evento como “Encontro com os trabalhadores em São Paulo”. Ver Ivereih, 2024.

⁵ A escrita do documento destinado ao papa foi obra coletiva, Rossi o declarou muitas vezes. Porém, por ser ele o responsável principal pela redação e também aquele que assinou o texto final, a autoria do discurso será atribuída apenas ao operário em questão.

⁶ Para o recolhimento de cartazes, ver o *Jornal do Brasil* de 04 de julho. Para a tentativa de impedir a participação de Rossi, Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/waldemar-o-pedido-Nde-dom-paulo-e-o-discurso-para-o-papa/>. Acesso em março de 2024. **Nota de 20 de dezembro de 2024: por razões ignoradas, esse link não se encontra, no momento, disponível.**

a informação sobre Dallari chegou, temeu-se pela vida de Waldemar Rossi (Sydow; Ferri, 1999).

Nesse horizonte plúmbeo, outras disputas e inquietações também carregavam o ar. Disputas e inquietações, seja enfatizado, de ordem e extensão bem diversas, menores e menos traumáticas que a violência política *tout court* praticada no Brasil da época. Frisada a distância entre acontecimentos e processos históricos heterogêneos, diga-se que, àquele tempo, a Igreja Católica do país vivia, intramuros, turbulências próprias. Perturbação devida, em boa parte, a distintas visões acerca do posicionamento eclesial em relação à prática política e à ditadura. Outras polêmicas dividiam clero e laicato nos terrenos teológico, eclesiológico, pastoral. Nada disso poderá ser pormenorizado aqui. Para a atual argumentação, note-se que o acirramento do debate interno na Igreja nacional, algo discernível já nos anos imediatamente posteriores ao Concílio Vaticano II (1962-1965), intensificou-se desde meados dos anos 1970, movimento exacerbado na década de 1980.

No bojo dessa contenda, sociedade civil sufocada pela ditadura, a militância católica progressista tornou-se alvo de crescentes reservas e, em certos casos, censura eclesial. Atacada a práxis questionadora, destino semelhante teve sua base conceitual, a Teologia da Libertação. Essa última é a mais original contribuição da Igreja latino-americana, especulação teológica cuja principal indagação pode ser resumida na pergunta: como ser cristão num mundo de miseráveis? Fundava-se, assim, nova Cristologia, calcada na ideia do seguimento do Crucificado a partir da realidade de milhões de empobrecidos. Multidão que, sob o olhar da fé liberacionista, é constituída de “crucificados” política, econômica e socialmente. Como corolário desta Cristologia, o apelo à intervenção no mundo da experiência, em nome do Evangelho. Modo de ser e atuar cristão que, para os defensores de eclesiologia e pastoral mais tradicionais, faz, da religião, ideologia, politizando e rebaixando a fé (Ratzinger, 1997).

Roma, guiada por papa polonês com viva memória da perseguição stalinista à Igreja no Leste Europeu, liderou a reação ao que via como estado de coisas nocivo ao cristianismo. A partir do impulso da Urbe, desdobrou-se, no orbe, de modo não linear, no entanto com força cumulativa a médio e longo

prazos, aquilo que o teólogo João Batista Libânio classificou, em reconhecido livro, de “volta à grande disciplina”, expressão levada ao próprio título desta obra (Libânio, 1983). Encorpava-se, pois, movimento que visou controlar a interpretação e recepção do Vaticano II, calibrando a abrangência do *aggiornamento* católico nele e a partir dele proposto. Movimento esse de natureza reativa e que, a partir de visão ainda tributária do Concílio de Trento (1545-1563), impôs importantes reveses ao catolicismo progressista, tanto em termos teóricos como da ação.

Saliente-se: em futuro próximo ao da primeira da visita de João Paulo II ao Brasil, o avanço do projeto de retorno à “grande disciplina” ganhou inequívoca concretude. Reveladora nesse sentido foi a punição da Congregação para a Doutrina da Fé ao mais conhecido teólogo liberacionista do país, o então frade franciscano Leonardo Boff, em 1985. Na mesma direção, significativa foi a divisão da arquidiocese de São Paulo, ordenada pela Santa Sé em 1989, que atingiu diretamente o cardeal Arns. Em várias outras dioceses nacionais, no decorrer do pontificado de João Paulo II, bispos progressistas, ao se aposentarem, eram sucedidos por clérigos de perfil e atuação conservadores. Em decorrência disso, houve cancelamento de experiências pastorais e de mobilização social cuja inspiração vinha da eclesiologia progressista. Simultaneamente, a Santa Sé e muitas dioceses brasileiras incentivaram novos movimentos tradicionalistas como a Renovação Carismática Católica, Comunhão e Libertação, Canção Nova e Neocatecumenato.

Contudo, em 1980, o caráter restaurador que Karol Wojtyła e a Cúria Romana imprimiram ao então novo papado (inaugurado em 1978, findo em 2005) não se apresentava tão nítido. Com relação à América Latina, em 1979, na III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), em Puebla, México, já era visível que o *raid* conservador conquistava terreno. O próprio discurso de abertura do evento, feito pelo papa Wojtyła em pessoa, expressou parte da plataforma tradicionalista romana e que contava com importantes apoios continentais. Para favorecer o avanço de tal agenda, chegou-se a vetar a presença, nos trabalhos oficiais da Conferência, de intelectuais e agentes de movimentos eclesiais renovadores que ali assessoravam alguns bispos. Mas a

correlação de forças, no decorrer dos dias, mostrou-se equilibrada, resultando de Puebla documento final que incorpora compromissos entre visões de fé e práticas pastorais (e políticas) heterogêneas. Pactuação que, para analista e testemunha ocular de Puebla, permitiu que o “eixo central” do documento final fosse a célebre “opção preferencial pelos pobres”. Opção que seria matizada em pronunciamentos eclesiais vindouros, pelo uso de outras expressões como “amor preferencial, opção não excludente” (Souza, 2004, p. 93).

Em suma e enfatizando: pouco mais de um ano passado de Puebla, para múltiplos e relevantes atores católicos no Brasil, clérigos e laicos, a visita pontifícia de 1980 e sua significação constituíam terreno de disputa.

3 A “Saudação do Operário ao Papa João Paulo II”

Como já adiantado, o discurso de Waldemar Rossi foi apenas parcialmente lido diante do ilustre visitante e de incontáveis testemunhas – milhares que lotavam o estádio; milhões que a viam pela TV. Sendo mais preciso: do texto original assinado pelo metalúrgico, cerca de 2/3 sobreviveram apenas na versão escrita, divulgada pela imprensa no dia posterior ao evento.⁷ O terço dito no Morumbi corresponde aos dois parágrafos iniciais e aos dois finais do documento.

Isso posto, a análise contida nas linhas abaixo vai, inicialmente, priorizar os parágrafos de abertura efetivamente lidos diante do pontífice. Na continuação, busca-se iluminar o não-dito pelo operário brasileiro, oito parágrafos sequenciais. Daí, retoma-se o que Waldemar Rossi voltou a ler ao papa, a dupla de parágrafos finais.

Antes, porém, há de se notar o nada tradicional tratamento que Rossi reserva ao pontífice, à testa de sua mencionada saudação: “Caríssimo Papa João Paulo II”, assim o fiel brasileiro inicia sua fala para Karol Wojtyła. O tom, respeitoso sem dúvida, é sobremaneira inusual. O tratamento de “caríssimo”,

⁷ Não tive acesso ao vídeo da cerimônia em questão. Consultei o texto de Rossi no *Jornal do Brasil*, então importante diário impresso carioca, que, como outros noticiosos, fez extensa cobertura da visita papal (O discurso..., 1980, p. 14). Também utilizei o arquivo do próprio Waldemar Rossi que, após encontro pessoal em 2014, prestimosamente, enviou-me seu discurso. Como há pequena variação nessa dupla de versões, para as citações, optei por aquela recebida do autor do texto.

diga-se, será repetido por mais duas vezes na redação do discurso – todavia, os parágrafos em que eles foram colocados não figuraram na leitura feita, *in loco*, pelo metalúrgico.

E é exatamente a condição de fazer parte do operariado que, para Waldemar Rossi, possibilitava-lhe tratar o papa de forma tão inaudita. Afinal, Karol Wojtyła, em sua Polônia ocupada pelos nazistas, antes de iniciar estudos que o levariam ao sacerdócio, fora operário de pedreira e de estação purificadora de água destinada à indústria química. Ambos os ofícios, exaustivos fisicamente: no primeiro, Wojtyła transportava blocos de pedras que seriam quebrados a picareta; no segundo, carregava baldes de cal e soda cáustica destinados às caldeiras. No primeiro emprego, conviveu com alto risco: o jovem Karol, transferido do trabalho braçal, auxiliava nas detonações a dinamite como assistente de fogueteiro. No total, quatro anos de trabalho cuja importância seria recordada, em entrevista de 1982, à luz de seu credo interior, de maneira finalista: “Aqueles quatro anos no mundo operário foram para mim uma graça da Providência [...] A experiência que adquiri nesse período não tem preço” (Lecomte, 2005, p. 81). Já em relato de 1995, o papa deu ao tempo da pedreira caráter formativo, comparando-o a “seminário” laico (Idem, p. 679).

Conhecendo, pois, a vida pregressa do visitante, o militante da JOC nacional decidiu, como visto acima, reportar-se a ele como alguém próximo, permitindo-se chama-lo de “caríssimo”. Recurso à intimidade que é repetido em outro segmento efetivamente lido. Nele, logo ao início de sua participação, Rossi diz:

Sabemos que estamos junto ao papa que foi operário e dedicou grande parte de sua ação pastoral aos trabalhadores de sua terra. Por isso, temos certeza que o senhor entende nossa linguagem simples e estamos à vontade para chamá-lo “companheiro” e para falar das coisas que sentimos e vivemos (Rossi, 1980).

Note-se que, para o catolicismo, o papa reúne os títulos de Vigário de Cristo na Terra, Sucessor do Príncipe dos Apóstolos, Sumo Pontífice da Igreja, Patriarca do Ocidente, Primaz da Itália, Arcebispo da área metropolitana de Roma, Bispo de Roma e chefe do Estado do Vaticano. E Rossi, em vez de utilizar “Vossa Santidade”, tratamento protocolar para dirigir-se ao líder da Igreja

Católica, opta por nomeá-lo “companheiro”, como ao se aproximar de alguém que dividisse com ele o trabalho na linha de produção.

Por extensão, Karol Wojtyła torna-se o “companheiro” do operariado nacional, termo repetido mais três vezes na versão escrita, mas em segmentos suprimidos posteriormente. A estratégia discursiva soa clara: como a familiar ou amigo próximo, Waldemar Rossi planejou relatar ao pontífice, em tom confessional, o duro cotidiano vivido pela classe operária brasileira. Pode-se mesmo afirmar que Rossi, ao se propor retratar o dia-a-dia proletário, toma por base, sem afirmá-lo explicitamente, documento conhecido pela militância católica, a *Gaudium et Spes* (1965), fruto do Concílio Vaticano II, cujo trecho inicial é

As alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem, são também as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos discípulos de Cristo; e não há realidade alguma verdadeiramente humana que não encontre eco no seu coração (Concílio Vaticano II, 1998, p. 470).

Parece seguro sustentar que Rossi, dado o grau de seu engajamento na pastoral operária, conhecia a *Gaudium et Spes*, mormente sua vigorosa abertura, fragmento inicial de considerável difusão entre a militância católica. Seja como for, o testemunho que ele quis dar, de viva voz, ao sumo pontífice estava em total confluência com o espírito do documento conciliar. Tratava-se, então, de informar João Paulo II, que fora operário como ele, da realidade do mundo do trabalho brasileiro, retrato em cores sombrias. Enfim, aí estavam “as tristezas e as angústias” dos trabalhadores nacionais, daquele começo de anos 1980. As “tristezas e as angústias” de elevado número de operários, cuja divulgação significaria, pela fé, sinal de alegria e esperança.

De volta à saudação de Rossi: no segundo parágrafo do texto, ele fala, apelando para o estilo informal e a história cristã, de camaradagem. E João Paulo II o escuta:

Queremos, caro companheiro, a exemplo dos primeiros cristãos, que partilhavam seus bens com a comunidade, que o senhor também partilhe conosco das coisas que produzimos, embora saibamos que sobre elas não temos nenhum poder de decisão (Rossi, 1980).

Não há o emprego, aqui, da expressão “Vossa Santidade”, substituída por

“o senhor.” Já a menção ao cristianismo primitivo fora pinçada, sem registro formal, do livro dos Atos dos Apóstolos (2,44): “Todos os que tinham abraçado a fé reuniam-se e punham tudo em comum”. E o representante da Pastoral Operária desejava compartilhar, com seu líder, o quê? Ele buscava lançar luz sobre o quê?

Para melhor responder à pergunta, deve-se, a partir de agora, investigar o que Waldemar Rossi *não* disse ao pontífice, os oito parágrafos consecutivos que nos chegaram apenas pelo impresso nos jornais da manhã de 04 de julho. Conjunto textual que constitui coletânea de denúncias, todas apresentadas em nome da fé cristã de seu autor. Em tais parágrafos, Waldemar Rossi principia sua lista de queixas reportando-se à expulsão de numerosos lavradores de suas terras:

Asseguramos-lhe que milhares de trabalhadores camponeses foram e são mortos nesse processo [de expulsões]. Grandes empresas capitalistas implantam-se na terra, em prejuízo do trabalhador do campo. Esses nossos irmãos continuam vagando em busca de um lugar onde viver, transformados em verdadeiro exército de mão de obra de reserva e de baixos salários. São milhões de “boias-frias” por este Brasil afora [...] que habitam as tristes favelas brasileiras [... todos obrigados] a trabalhar sujeitos às mais precárias condições [...] em troca de salários miseráveis (Rossi, 1980).

Mais adiante, é o setor industrial que é mencionado:

Nas cidades do ABC, entre 200 mil favelados, 50 mil chefes de família trabalham, principalmente, na Volkswagen, na Brastemp, na Scania Vabis, na Mercedes Benz e outras empresas. São nossos irmãos que habitam em barracos paupérrimos (Rossi, 1980).

Rossi segue em sua recensão de acusações, apontando jornadas de trabalho excessivas, de “até 16 horas” – executadas sob pressão intensa do empregador, levando “ao esgotamento físico, muitas vezes irreparável, e até à loucura” (Rossi, 1980).

Observe-se que, ao se referir ao campo e à cidade, Rossi baseia-se na vivência. Como registrado acima, ele havia sido boia-fria. E, ao redigir seu texto, já acumulava duas décadas de labor no chão-de-fábrica. Ao abordar as dores de sua classe e meio, como o Jó bíblico, falava por experiência própria.

O rol de mazelas prossegue. Nas fábricas, relata o metalúrgico, as mulheres atuavam sob condições piores que as enfrentadas pelos homens, tendo sua

dignidade aviltada. Lideranças locais eram perseguidas e postas à rua, listas de indesejáveis impediam a relocação dos demitidos.

Havia mais, segundo Rossi. A repressão a qualquer reivindicação seria agravada por serviços de segurança particular, que “prendem e maltratam trabalhadores, como no caso da Fiat, em Belo Horizonte.” E a culpabilização vai do particular ao geral, do âmbito privado ao setor estatal: “Toda essa repressão é reforçada pela estrutura sindical brasileira, inspirada no modelo corporativo vertical e fascista de Mussolini.” Em síntese: em julho de 1980, em plena ditadura, Waldemar Rossi lembra-nos de dois outros regimes de força, o fascista liderado por Benito Mussolini e aquele de Getúlio Vargas, que encabeçou o Estado Novo de 1937 a 1945. As referências históricas continuam: “No Brasil, a luta operária é considerada caso de polícia ou de segurança nacional.” (Para todas citações, Rossi, 1980.) Aqui, o recurso à História é mais discreto, embora contundente. Rossi não o explicita, mas quando se recorda da interpretação segundo a qual qualquer demanda do mundo do trabalho seria “caso de polícia”, a relação é com máxima atribuída ao derradeiro mandatário do regime oligárquico da República Velha, Washington Luís. Presidente de 1926 a 1930, ele teria afirmado “a questão social é caso de polícia”. Já a menção às reivindicações trabalhistas como problema de “segurança nacional” é contemporânea à saudação ao papa. Afinal, durante nossa última ditadura, qualquer protesto contra a ordem estabelecida – política, social ou econômica – era costumeiramente rotulado pelo governo como ameaça à segurança nacional.

Ao avançar no discurso, Rossi repete o movimento já empreendido, mirando realidades do campo e da cidade, unindo-as no mesmo quadro de infortúnios. Deste turno, individualiza os dramas, denunciando assassinatos específicos nos mundos rural e urbano. Assim, fazendo crescer o tom acusatório, menciona as mortes de “nossos companheiros Santo Dias da Silva, líder operário e Raimundo Ferreira Lima, o Gringo, líder camponês, ambos militantes da pastoral” (Rossi, 1980). A dupla de execuções aconteceu no intervalo de poucos meses, respectivamente em outubro de 1979 e maio de 1980, datas tão próximas da visita papal. Santo Dias morreria aos 37 anos, enquanto distribuía panfletos em prol de movimento grevista, às portas da fábrica Sylvania, na zona Sul paulistana,

abatido pelas costas, pela Polícia Militar. Raimundo, o Gringo, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT, órgão da CNBB), muito ativo na conscientização de posseiros nos sertões do Centro-Oeste, fora morto em área de pistolagem e violência dos senhores da terra. Em suma: Waldemar Rossi tomou o convite do cardeal Arns para se dirigir a João Paulo II também como oportunidade de prestar tributo aos dois militantes católicos assassinados pouco antes e decidiu divulgar suas causas – com as quais comungava.

Seja frisado o ponto: as críticas mais contundentes de Rossi não chegaram aos ouvidos papais. E é incerto se o texto do discurso, “vazado” poucas horas antes daquela noite de 03 de julho, chegou – ou em que termos chegou – ao conhecimento do pontífice. Tampouco se pode determinar com exatidão, apenas conjecturar, as razões pelas quais a fala do operário fora em boa parte cortada. Ainda vai se voltar a essas questões, que permanecem em aberto. Cabe, no momento, registrar outro ponto, indiscutível: o texto-denúncia de Rossi, exposto em parte de viva voz, ou por escrito na sua integralidade, deve ser compreendido à luz da trajetória de seu autor. Em entrevista de 2013, concedida ao jornal *O São Paulo*, informativo da arquidiocese paulistana, ele mesmo recorda:

Em 1955, aos 22 anos, conheci a JOC e comecei a descobrir Cristo em meus irmãos de trabalho. *Minha espiritualidade mudou radicalmente* pois passei a perceber que a vivência dos valores evangélicos deveria se dar de forma mais profunda na busca do conhecimento dos meus irmãos de trabalho, em suas condições de trabalho, de vida familiar, de moradia, de lazer, de educação (Rossi *apud* Bernadino, 2016. Grifo nosso).

A declaração merece dobrada atenção. Rossi liga seu contato com a JOC a sua mudança de registro de fé, transformação entendida como radical, câmbio de natureza tal que o levou a abandonar eclesiologia e piedade tradicionais. Em adição, ele abraçou espiritualidade onde a atuação pública assumiu caráter contestador, progressista.

As palavras, todas elas, que Waldemar Rossi planejou dizer diante do pontífice são, portanto, explicadas por sua militância e a validam. Em trecho dos mais fortes do discurso, trecho apenas publicado nos jornais, o sindicalista cristão reporta-se ao Cânon de seu credo: “o Evangelho nos exige ‘fome e sede de justiça’, nos lembra que somos ‘o sal da terra’ e aumenta em nós o compromisso com a

transformação da sociedade” (Rossi, 1980).

Os versículos bíblicos escolhidos por Rossi são sobremaneira reveladores, eles explicitam a fé combatente de nosso personagem. Tanto “fome e sede de justiça” como “sal da terra” são expressões retiradas do Evangelho de Mateus (respectivamente, Mt 5, 6 e Mt 5, 13), passagens bastante conhecidas pelos fiéis. O capítulo em questão abre a narração do célebre Sermão da Montanha, que inaugura a atividade pública de Jesus, reunindo ensinamentos de conduta e moral. Ensino que seria um dos signos da própria missão de Jesus (Cuvillier, 2009). Para Dom Angélico Bernardino (2016) – àquele tempo, bispo-auxiliar da Arquidiocese de São Paulo e muito ligado tanto a Dom Paulo Evaristo Arns como à Pastoral Operária –, toda a reflexão e posterior ação de Rossi eram alicerçadas no Sermão da Montanha.⁸ E quanto à expressão “sal da terra”, conforme o relato canônico, a imagem é dirigida por Jesus aos discípulos. Por intermédio dela, os discípulos “são responsabilizados diante de toda a humanidade” (Barbaglio *et al.*, 1990, p. 118). Como viu-se acima, Rossi assumiu tal responsabilidade, entendendo-a, por sua fé, como chamado às lutas sindical e política.

E, na sequência de sua evocação evangélica, Rossi arremata: caberia ao operariado identificar a origem dos males sofridos:

Entendemos, caro companheiro, que a causa fundamental da situação desesperadora em que vive a classe operária é o sistema econômico e político implantado em nosso país para produzir riquezas, não importa quais e nem a que preço. Para atingir seu objetivo único – o lucro exorbitante – o capitalismo impõe condições violentas de trabalho, suborna e corrompe, determina suas próprias leis (Rossi, 1980).

A declaração é incisiva: ao bispo de Roma, Waldemar Rossi tencionou apontar a “causa fundamental” do que castigava a classe operária. Ou, para ideia mais cara ao universo bíblico, vale a comparação: Rossi nomeou o que seria o pecado original do “sistema econômico e político implantado em nosso país [...] o capitalismo”. Da identificação acusatória, decorre o programa de ação em resposta:

Lutamos hoje, no Brasil, por salários menos injustos e por melhores condições de trabalho. Mas lutamos também para conquistar um sindicato livre e independente. Queremos a liberdade de organização e

⁸ Ver Bernardino, 2016.

de expressão. Queremos o fim das medidas e instrumentos de repressão. Queremos ainda, companheiro, ter direito à nossa organização e representação sindical a partir das empresas. Reivindicamos menor jornada de trabalho. Lutamos para termos a garantia de trabalho: somos seres humanos, filhos de Deus, e não peças de reposição da indústria capitalista (Rossi, 1980).

E, após uma série de parágrafos não pronunciados ao vivo, Rossi recobrou a voz, sua curta participação aproximava-se do término. João Paulo II o escuta:

Caríssimo pai, os trabalhadores cristãos estão fortemente engajados nas lutas do movimento operário brasileiro. A Igreja no Brasil e, particularmente em São Paulo, através de suas prioridades pastorais e, em especial a Pastoral Operária, vem desenvolvendo intenso trabalho junto aos operários, abrindo espaços para que eles descubram amplamente sua realidade de vida. Queremos que os trabalhadores, dotados de aguda consciência crítica, estejam capacitados a assumir as responsabilidades que o momento histórico exige. Queremos que o trabalhador rompa com a barreira imposta pelo sistema político que nos governa e, saindo da passividade, se torne agente das transformações sociais. Buscamos uma nova ordem, onde o trabalhador usufrua o produto do seu trabalho e, mais que isso, decida sobre os seus destinos (Rossi, 1980).

Em síntese, Waldemar Rossi, o operário brasileiro, empenha-se em informar o papa sobre as atividades pastorais empreendidas entre os trabalhadores. Em nome do cristianismo, buscava-se fazer com que os operários “descubr[issem...] sua realidade de vida”, ato associado ao *ver* da metodologia jucista. Tarefa feita, caberia ao que trabalha *julgar* com “aguda consciência crítica” a realidade de sua classe. Daí decorreria “assumir as responsabilidades que o momento histórico exige”, isto é, *agir*. Ver-julgar-agir conforme proposto pelo Pe. Cardjin décadas antes. Em termos mais diretos, dada a realidade nacional, ditadura e controle dos sindicatos pelo governo de exceção, tratava-se de “romp[er] com a barreira imposta pelo sistema político”, seja no cenário mais amplo, seja no chão-de-fábrica, para operar “as transformações sociais” necessárias. Câmbio de profundas implicações, ele faria que o “trabalhador usufru[ísse] o produto do seu trabalho” e também “decid[ísse] sobre os seus destinos” (Para as citações, Rossi, 1980).

O discurso de Rossi encaminha-se para o fim. Ele é ouvido pelo papa e demais presentes no estádio, também pelos que o acompanhavam à distância pela mídia:

Como cristãos, procuramos descobrir, sempre mais, a vontade do Pai, em nosso empenho de construir o *Reino de Deus* a partir da vida terrena e que alcança sua plenitude na vida eterna. Queremos, na grande batalha do dia a dia, ser testemunhas vivas do Evangelho (Rossi, 1980. Grifo nosso. Rossi voltará a citar o “Reino de Deus” mais abaixo.)

E, ao chegar aqui, neste ponto da saudação escrita, o metalúrgico improvisou, insistindo em memorializar os companheiros então recentemente mortos. Já tentara antes nomeá-los, os mortos, de viva voz. A menção que fizera a eles, por escrito, tornara-se silêncio, posto que pertencente a um dos parágrafos que não pode ler no estádio. Assim que, no parágrafo de encerramento, que conseguira vocalizar, Rossi decidiu permanecer fiel a seu propósito original, recordando Santo Dias e Raimundo Ferreira Lima. Enfim, Rossi testemunha ao papa o testemunho de sangue da dupla. E ele o fez ao acrescentar o que se segue: “Gostaríamos de lembrar que dois companheiros nossos perderam a vida na luta operária, Santo Dias da Silva e Raimundo, o Gringo.” Segmento que, por improvisado, pronunciado ao pontífice em ato de resistência, consta apenas da transcrição publicada na imprensa⁹. Ausentes no discurso editado horas antes, Santo Dias e Raimundo Gringo retornam ao mundo dos vivos na fala não-prevista de Rossi.

Improviso realizado, o operário retorna ao que levara escrito, dizendo suas palavras de despedida, em voz alta, a João Paulo II:

Aguardando ansiosos sua orientação e sua benção. Esperamos também que seu esforço pastoral seja no sentido de que a Igreja Universal se irmane e se comprometa cada vez mais nesta caminhada do Povo de Deus em direção *ao Reino*. O Espírito de Deus o ilumine sempre (Rossi, 1980. Grifo nosso).

Portanto, após o momento de inesperada (e discreta, mas firme) insubmissão, Rossi regressou ao roteiro alterado pouco antes do início do evento. E, respeitando a tradição eclesial, solicita orientação e benção, fecho esperado da parte de fiel que se reporta ao sumo pontífice. Na última frase, entendida como prece – “O Espírito de Deus o ilumine sempre” –, há, igualmente, movimento habitual: o liderado pede aos Céus discernimento divino para seu líder espiritual. Fidelidade à tradição duas vezes garantida, Rossi vai além. Quer-se, aqui, chamar atenção para terceiro ponto, a referência ao “Reino de Deus” (referência dupla,

⁹ Ver *Jornal do Brasil*, 04 de julho de 1980.

cfr. duas últimas citações acima), no parágrafo de encerramento de Rossi, antes e depois da inserção de imprevisto referente aos trabalhadores assassinados. Trata-se de conceito grafado 122 vezes nos Evangelhos. Através dos séculos, ele foi usualmente compreendido como referente ao mundo sobrenatural, *post-mortem*. Já a moderna crítica bíblica, em sua esmagadora maioria, sustenta interpretação diversa: a expressão possui dimensão futura e presente. Em outras palavras, “Reino de Deus” remete ao porvir, mas sua realização havia sido, em certa medida, antecipada no ministério de Jesus. Ministério esse que teria revelado Deus como governante, aquele que fará prevalecer a justiça, misericórdia e libertação, em especial dos menores.¹⁰ No Terceiro Mundo, essa perspectiva foi empregada no engajamento cristão progressista: lembre-se, p. ex., de Albert Nolan, teólogo sul-africano conhecido por sua luta *anti-apartheid*, que, em obra de 1976, enfatizou a esperança futura, e também imanente, contida na pregação de Jesus.¹¹ No Brasil, em livro considerado pedra-angular da Teologia da Libertação, obra publicada em 1972, Leonardo Boff, na mesma linha, propusera que o conceito de “Reino de Deus” firma a centralidade da mensagem de Jesus. Mensagem de projeto futuro, transcendente em última instância, a ser construído na imanência, de forma antecipada no século. Segundo o autor:

Esse mundo, assim como ele está, não pode ser o lugar de Deus. [...] Ele precisa sofrer uma reestruturação em seus próprios fundamentos. [Trata-se de] o princípio-esperança [...] sonhar com o Reino que não é um mundo totalmente outro que este, mas esse mesmo, porém totalmente renovado (Boff, 1988, p. 57 e p. 59)¹².

O metalúrgico Rossi, em seu credo progressista tributário primariamente da JOC, foi muito próximo de Carlos Alberto Libânio Christo, conhecido como Frei Betto, frade dominicano de intensa atuação nos meios operários paulistanos e que se define como “divulgador” da Teologia da Libertação.¹³ Assim, assume-se que Rossi conhecia a ideia de “Reino de Deus” como esperança celeste a ser antecipada, em luta contínua, no mundo material. Seria, como o próprio operário escreveu, a “caminhada do Povo de Deus em direção ao Reino”. Nessa crença, a partir do difícil cotidiano do proletariado nacional, ele endereçou ao papa – e a

¹⁰ Ver Meier, 1997; livro dedicado ao conceito de “Reino de Deus” na pregação de Jesus. Outros autores vão na mesma linha. Ver, p. ex., Lohfink, 2015, em especial ir às pp. 39-57.

¹¹ Nas palavras do autor, “[...] a Boa-Nova do ‘Reino’ de Deus era uma notícia relacionada com o futuro estado das coisas *na terra*, em que os pobres já não seriam pobres, os famintos seriam saciados e os oprimidos deixariam de se sentir desgraçados.” (Nolan, 2010, p. 98. Grifo nosso.)

¹² 1ª. ed. de 1972.

¹³ Autodefinição várias vezes repetida por Betto, inclusive em diálogo com o autor dessas linhas.

todos que o ouviam e leriam – suas denúncias e agenda militante.

Finda a intervenção do operário, Karol Wojtyla o abraça, momento levado, em foto, à primeira página do *Jornal do Brasil* de 04 de julho. No Morumbi, aplausos intensos. Segundo o diário, são ouvidos gritos de “Liberdade! Liberdade!”

Conclusão

No domingo anterior ao desembarque papal em Brasília, o jornal *Le Monde* chegou às bancas com matéria de destaque sobre a viagem do pontífice. O texto, assinado por Thierry Maliniak, tinha por título: “No Brasil, uma Igreja que incomoda”; no original, “*Au Brésil, une Église qui dérange*”.¹⁴ O jornalista apresentava a Igreja brasileira, em seu “incansável trabalho social” (“*ilassable travail social*”), como “a mais avançada da América Latina” (“*la plus avancée de la Amérique latine*”). Após tais considerações, Maliniak reporta a ação católica junto a camponeses na Amazônia e no Nordeste; igualmente aborda a atuação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), órgão da CNBB. Entre os personagens mencionados na matéria – que será seguida por outras, diárias, ao longo da viagem pontifícia –, há um monsenhor empenhado na conscientização popular, sacerdote que se autodefine como “Conservador por convicção, progressista na ação concreta” (“*conservateur de conviction, mais progressiste dans son action concrète*”). Atuação que, segundo o religioso, faz dele “pedra no caminho” (“*Pierre dans le chemin*”) das autoridades (Maliniak, 1980).

Em Waldemar Rossi, harmonizavam-se consciência e agir, ambos à esquerda do espectro ideológico. Fiel militante, testemunhou sua fé, desdobrando-a em engajamento político concreto. Nesse sentido, “Saudação do Operário ao Papa João Paulo II” definiu seu redator, exemplificando, em acréscimo, a opção de Rossi por incomodar os que via como responsáveis pelo *status quo*. Isto é, Rossi redigiu sua alocução ao papa para ser pedra no caminho de muitos. Podado, o discurso incomodou menos do que projetara seu redator.

Passadas quatro décadas, não é possível determinar de quem partiu a

¹⁴ Agradeço a Diego Galeano, que, gentilmente, possibilitou-me o acesso ao jornal, e dedico o artigo à Sonia Mendonça de Barros, que incentivou a construção desse texto em tempos de tormenta.

demanda para que Rossi falasse menos. As fontes consultadas, poucas e vagas, sugerem duas direções: Roma e autoridades do governo brasileiro. No primeiro caso, o cerimonial pontifício (ou a Secretaria de Estado, as versões variam) seria responsável pelo pedido de edição do texto, sob a alegação de não submeter João Paulo II a discurso considerado longo. No entanto, cronometrada, a saudação ao papa, integralmente lida, tomaria cerca de doze minutos. Não é razoável, pois, justificar o ocorrido – ou o *não* ocorrido – pela duração estimada da fala de Rossi.

Há que considerar, em vez do tempo do relógio, os tempos então vividos: no Brasil, sob ditadura; na Igreja, urbe e orbe tensionadas no pós-Concílio. Ao regime de exceção, a intervenção de Rossi já se previa hostil, suspeita na qual se baseou a tentativa de barrar a entrada do metalúrgico no Morumbi. A divulgação prévia do seu discurso, confirmando temores, pode ter levado ao pedido, a ser tomado por ordem, da parte das autoridades, para que a saudação ao pontífice fosse encurtada, amenizada. Ao Vaticano e setores importantes da Igreja nacional, o catolicismo militante de Rossi mostrava-se também problemático, exemplo, para esses segmentos, de ideologização da fé. Fenômeno que, aos olhos mais conservadores, reduziria a religião à mera atividade política. Assim, a solicitação de moderação – em conteúdo e duração – da saudação de Rossi pode ter partido de agente católico com poder para tanto. Também é possível que pressões dobradas, tanto do Vaticano como do governo nacional, tenham motivado a modificação da mensagem em lume.

Diante das incertezas, de concreto, há o quê?

A “Saudação do Operário ao Papa João Paulo II” é fiel tradução de particular forma de se interpretar a fé cristã e suas consequências entre os homens. O texto de Rossi ilustra credo, ecclesiologia e práxis política do catolicismo progressista. Credo, ecclesiologia e práxis política esses tributários da Teologia da Libertação e, antes dela, da fé questionadora proposta pelas Juventudes Católicas adaptadas à realidade brasileira. O discurso de Rossi é revelador por sua própria existência, pela conjuntura eclesial que motivou e permitiu sua produção. E, igualmente, por seu vigor. Existência, processo de confecção e força que, hoje, soam distantes – ou mesmo estrangeiros – a quem observa o cenário católico do Brasil. A Igreja e o catolicismo dos dias atuais

perderam protagonismo na esfera pública nacional – e, mais, perderam criticidade e contundência na denúncia de nossas ainda existentes e graves injustiças societárias.

Por fim, outras questões em aberto: quanto do ataque à Teologia da Libertação e às pastorais dela derivadas, carga intensificada no decorrer dos anos 1980, contribuiu para o atual cenário eclesial brasileiro? Poderia o catolicismo local retornar, em bases renovadas, ao vigor intelectual manifesto, no passado recente, pelos teólogos liberacionistas? Pode-se reanimar militância progressista intra e extramuros eclesiais no país? Em suma: poderá o catolicismo nessa terra voltar a incomodar na luta pela democracia – vigente, mas de novo ameaçada? Poderá o catolicismo engajar-se, com maior visibilidade e potência, em prol de justiça econômica e social e, em adição, na defesa de agenda hoje imperativa, como a defesa do meio-ambiente e de desenvolvimento que preserve e, em última análise, salve o planeta?

REFERÊNCIAS

BARBAGLIO, Giuseppe *et al.* **Os Evangelhos**. São Paulo: Loyola, 1990, vol I (Mateus e Marcos).

BARROS, Celso Rocha de. **PT, uma história**. São Paulo: Cia das Letras, 2022.

BERNADINO, Dom Angélico Sândalo. Waldemar Rossi, amigo e irmão! **Instituto Humanita Unisinos**, 01 junho 2016. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/185-noticias-2016/555778-waldemar-rossi-amigo-e-irmao#>. Acesso em: março 2024.

BOFF, Leonardo. **Jesus Cristo Libertador**: ensaio de Cristologia crítica para nosso tempo. Petrópolis: Vozes, 1988.

CONCÍLIO VATICANO II. 1962-1965. **Vaticano II**: mensagens, discursos, documentos. Tradução de Francisco Catão. São Paulo: Paulinas, 1998.

CUVILLIER, Élian. O Evangelho de Mateus. *In*: MARGUERAT, Daniel (org.). **Novo Testamento**: história, escritura e teologia. São Paulo: Loyola, 2009, p. 81-106.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

GASPARI, Elio. **A ditadura acabada**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.

IVEREIH, Austen. Eight days with the pope. **Thinking Faith**. 13 fevereiro 2024. Disponível em: <https://www.thinkingfaith.org/articles/eight-days-pope>. Acesso em: março 2024.

- LECOMTE, Bernard. **João Paulo II**: biografia. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LIBÂNIO, João Batista. **A volta à grande disciplina**. São Paulo: Loyola, 1983.
- LOHFINK, Gerhard. **Jesus de Nazaré**: o que Ele queria? Quem Ele era?, Petrópolis: Vozes, 2015.
- MALINIAK, Thierry. Au Brésil, une Église qui derange. **Le Monde**, 29-30 de jun. 1980. Amériques, p. 5.
- MEIER, John. **Um judeu marginal**: repensando o Jesus histórico. Rio de Janeiro: Imago, 1997, volume II, Livro II: Mensagem.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- NAPOLITANO, Marcos. **1964**: história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto, 2014.
- NOLAN, Albert. **Jesus antes do cristianismo**. Prior Velho: Paulinas, 2010.
- O DISCURSO do operário. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 1980, n. 87, 04 jul. 1980, 1º caderno, p. 14.
- RATZINGER, Joseph. **O sal da terra**: o cristianismo e a Igreja católica no século XXI: diálogo com Peter Seewald. Rio de Janeiro: Imago, 1997.
- REIS, Daniel Aarão (coord.). **Modernização, ditadura e democracia**: 1964-2010. Rio de Janeiro: Objetiva, 2014a, Coleção História do Brasil Nação, volume 5.
- REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 a Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Zahar, 2014b.
- ROSSI, Waldemar. A trajetória de um típico militante operário. Entrevista especial com Waldemar Rossi. [Entrevista cedida ao] IHU On Line. **Instituto Humanita Unisinos**, 30 abril 2007. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/?id=6820>. Acesso em: 24 mar. 2024.
- SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Cia das Letras, 2001.
- SOUZA, Luiz Alberto Gómez de. **Do Vaticano II a um novo Concílio?** O olhar de um cristão leigo sobre a Igreja. São Paulo: Loyola, 2004.
- SYDOW, Evanize; FERRI, Marilda. **Dom Paulo Evaristo Arns**: um homem amado e perseguido. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VOGEL, Arno. **O Pastor peregrino**: ritual, simbolismo e memória da primeira visita de João Paulo II ao Brasil. Niterói: EDUFF, 1977.